



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 0438513/2019				
PA COPAM Nº: 00232/2001/001/2019			SITUAÇÃO: Sugestão pelo deferimento	
EMPREENDEDOR: Prefeitura Municipal de Ipuiúna			CNPJ: 18.179.226/0001-67	
EMPREENDIMENTO: Prefeitura Municipal de Ipuiúna			CNPJ: 18.179.226/0001-67	
MUNICÍPIO: Ipuiúna			ZONA: Rural	
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: <ul style="list-style-type: none">Não há incidência de critério locacional				
CÓDIGO:	PARAMETRO:	ATIVIDADE PRINCIPAL DO EMPREENDIMENTO (DN COPAM 217/17):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
F-05-18-0	Capacidade de recebimento: 7,5 m³/dia	Aterro de resíduos da construção civil (Classe A), exceto aterro para armazenamento/disposição de solo proveniente de obras de terraplanagem previsto em projeto aprovado da ocupação.	2	0
F-05-18-1	Capacidade de recebimento: 7,5 m³/dia	Áreas de triagem, transbordo e armazenamento transitório e/ou reciclagem de resíduos da construção civil e volumosos.	2	0
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO: Camília Mara Franco – Engenheira Florestal			REGISTRO: CREA/MG 163.650/D	
AUTORIA DO PARECER			MATRÍCULA	ASSINATURA
Allana Abreu Cavalcanti Gestora Ambiental			1.364.379-6	
De acordo: Fernando Baliani da Silva Diretor Regional de Regularização Ambiental			1.374.348-9	



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº. 0438513/2019

O aterro de resíduos classe A da construção civil de titularidade de Prefeitura Municipal de Ipuiúna, com área total de 3,2936 ha e área útil de 1,9790 há, está localizado no imóvel denominado Bela Vista ou Boca da Mata, na zona rural do município de Ipuiúna-MG.

Foi informado no Formulário de Caracterização do Empreendimento - FCE que o empreendimento teve sua operação iniciada em 13/06/2000, sendo observada através da série histórica de imagens do *software Google Earth* a deposição de resíduos da construção civil na área, sem a devida licença ambiental e não amparada por Termo de Ajustamento de Conduta – TAC firmado com o órgão ambiental. Por esta razão, foi lavrado o Auto de Infração nº. 97967/2019.

Em 18/07/2019 foi formalizado na Supram Sul de Minas o processo administrativo de licenciamento ambiental simplificado nº. 00232/2001/001/2019 para que o empreendimento continue suas operações com a devida regularização. Em consulta à plataforma IDE-Sisema foi verificada a não incidência de critério locacional.

A capacidade de recebimento instalada do aterro é de 7,5 m³/dia, sendo a vida útil deste de aproximadamente 17 anos, correspondendo a um volume acumulado de 29.609,84 m³ de resíduos.

Está prevista a implantação de área de triagem, transbordo e armazenamento transitório de resíduos (ATT), locada adjacente ao aterro, com capacidade instalada de recebimento de 7,5 m³/dia.

Como principal impacto inerente à atividade tem-se o recebimento de resíduos da construção civil não enquadrados na Classe A, sendo informado que estes resíduos são triados previamente e armazenados temporariamente em caçambas para posterior destinação ambientalmente adequada.

Há, ainda, o impacto do carreamento de sólidos para cursos d'água que será mitigado com o emprego de sistema de drenagem de águas pluviais composto por canaletas de concreto e bacia de decantação, configurando como condicionante desta licença a comprovação de instalação deste sistema.

Não há estruturas na área do empreendimento, logo não há geração de resíduos sólidos e efluentes sanitários e industriais. Cita-se, ainda, que outros impactos ambientais relevantes não foram identificados e registrados no RAS.

O empreendimento localiza-se no bioma Mata Atlântica, em área com vegetação predominante de pastagens de *brachiaria* e alguns indivíduos arbustivos de mamona (*Ricinus communis* L) e assa peixe (*Vernonia polysphaera*). A área do empreendimento é confrontante com áreas agrícolas, havendo 2 cursos d'água que limitam o empreendimento. De acordo com os estudos, o aterro foi projetado em área fora de APP, conforme se observa em na Figura 01 a seguir.



Figura 01: Delimitação do empreendimento (em rosa), recursos hídricos (em azul) e delimitação da APP dos cursos d'água (em verde).

De acordo com o RAS, não são necessárias intervenções em Áreas de Preservação Permanente e/ou supressão de vegetação nativa. Este Parecer Técnico não autoriza qualquer tipo de intervenção em APP e/ou supressão de vegetação nativa.

Foi apresentado o recibo de inscrição do imóvel no Cadastro Ambiental Rural (CAR) da propriedade Bela Vista ou Boca da Mata para uma área total de 3,7057 ha e Reserva Legal de 1,0746 ha, correspondente à 29% da área total do imóvel. Por se tratar de imóvel rural abaixo de 4 módulos fiscais e com 1,0746 ha de remanescentes de vegetação nativa em 22/07/2008, a reserva legal pode ser constituída com a área ocupada com vegetação nativa existente àquela data, segundo art. 40 da Lei Estadual nº. 20.922/2013.

Ressalta-se que somente poderão ser recebidos neste aterro resíduos de construção civil Classe A, estabelecidos na Resolução CONAMA nº. 307 de 05/07/2002. Os resíduos de construção civil das Classes B, C ou D, que por ventura sejam recebidos no aterro, deverão ser segregados e ter destinação final ambientalmente adequada.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS) sugere-se a **concessão** da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento **Prefeitura Municipal de Ipuiúna** para as atividades de **“Aterro de resíduos classe A da construção civil, exceto aterro para armazenamento/disposição de solo proveniente de obras de terraplanagem previsto em projeto aprovado da ocupação”** e **“Áreas de triagem, transbordo e armazenamento transitório e/ou reciclagem de resíduos da construção civil e volumosos”**, no município de **Ipuiúna – MG**, pelo prazo de **10 anos**, vinculada ao cumprimento da legislação ambiental pertinente e das condicionantes estabelecidas neste parecer.



ANEXO I

Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento Prefeitura Municipal de Ipuiúna

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Apresentar registro de operação do aterro, contendo informações sobre todos os resíduos recebidos, rejeitados, reaproveitados e destinados para terceiros, incluindo o CTR – Controle de Transporte de Resíduos, entre outros. <u>Obs.: O registro deverá atender ao disposto na norma da ABNT NBR 15.113:2004: Resíduos sólidos da construção civil e resíduos inertes – Aterros – Diretrizes para projeto, implantação e operação.</u>	Anual, durante a vigência da licença LAS
02	Apresentação de relatório técnico fotográfico, com ART, comprovando a instalação de sistema de drenagem de águas pluviais na base do aterro de resíduos classe A.	60 (sessenta) dias após concessão da Licença Ambiental.

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

IMPORTANTE

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.